



澳門特別行政區政府
Governho da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

ANÚNCIO

N.º 10/2011

Para os devidos efeitos vimos por este meio notificar o representante do agregado familiar da lista de candidatos a habitação social abaixo indicado, nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro:

<u>Nome</u>	<u>N.º do Boletim de candidatura</u>
LEI HON LON	5022010

Após as verificações deste Instituto, notamos que os elementos do agregado familiar de candidato a habitação social acima mencionado é proprietário de fracções autónomas na Região Administrativa Especial de Macau, pelo que, este não reúne os requisitos exigidos para a candidatura, nos termos da alínea 2) do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 25/2009, este Instituto informou-o por meio de ofício, com o n.º 1010060012/DAH, datada de 7 de Outubro de 2010, a solicitar ao interessado acima mencionado para apresentar por escrito a sua contestação pelo facto acima referido no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de recepção do referido ofício, mas não fez a entrega da sua contestação. Neste acto recorreu uma infracção, nos termos da alínea 2) do artigo 11.º do regulamento acima mencionado. E, de acordo com a decisão do despacho do Presidente, exarado na Informação n.º 1534/DAHP/DAH/2010, a respectiva candidatura foi excluída da lista geral de espera.

Simultaneamente, é cessado a concessão de abono de residência, quando o

agregado familiar beneficiado foi excluído da lista geral de espera, nos termos da alínea 1) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 23/2008 (Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social).

E nos termos dos artigos 148.º e 149.º e n.º 2) do artigo 150.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro, pode reclamar da respectiva decisão administrativa, ao Presidente deste Instituto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do presente anúncio, a reclamação não tem efeito suspensivo; ou pode apresentar directamente recurso judicial ao Tribunal Administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do presente anúncio, nos termos do artigo 25.º do Código de Processo Administrativo Contencioso, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 110/99/M, de 13 de Dezembro.

O Presidente,

Tam Kuong Man

18 de Fevereiro de 2011